



Roseli Figaro
(Organizadora)

São Paulo
ECA-USP
2021



SUMÁRIO

Conexão Pós: Resistência pela Ciência e Colaboração na Pesquisa

Organizadora: Roseli Figaro

Autores

Anjré Luis Bueno Alves Pereira; Cinthia Maria do Carmo Gomes; Eliane de Souza Almeida; Eliá Siméia Martins dos Santos Amorim; Francisco de Assis Silva; Gláucia Bierwagien; Italo Leopardi Bosco de Azevedo; Jamir Osvaldo Kinoshita; José Ismar Petrola Jorge Filho; Larissa Flávia Monteiro Silva Rosa; Lucas Martins Nêla; Márcia Pinheiro Ohlson; Marilena Lima; Mayama Estevanini; Nara Lya Cabral Scabin; Patrícia Oliveira Beloni; Patrícia Zimmermann; Pedro Neris Luiz Caldas; Santiago Nallato García; Thais Cristina Afonso de Jesus; Tássiana Nogueira Pereira; Vinícius Alves Saralheiro

Conselho Editorial

Ana Flávia Marques; Camila Acosta Camargo; Cora Catalina Quinteros; Eliane de Souza Almeida; Flávia Ikeda; Gabriela Torres; Gean Gonçalves; Jamir Osvaldo Kinoshita; Margaret Pavan Arruda

Conselho Científico

Anderson Vinícius Romanini; Claudia Nonato; Elizabeth Nicolau Saad Correa; Evange Elias Assis; Fernanda Castilho Santana; Issaaf Santos Karhawi; Lana Maria Millarez Pereira; Lúgia Maria Prezia Lemos; Márcos Antonio Zibordi; Rogério Pelizzari de Andrade; Richard Romancini; Wagner Souza e Silva

Capa: Felipe Parra

Projeto Gráfico e Editoração: Zeta Studio

Supervisão de Conteúdo

Ana Flávia Marques; Camila Acosta Camargo; Cora Catalina Quinteros; Eliane de Souza Almeida; Gabriela Torres; Jamir Osvaldo Kinoshita; João Augusto Mollani

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Valhan Agopayan
Reitor

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernández
Vice-Reitor

Escola de Comunicações e Artes

Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro
Diretor

Prof. Dra. Brasília Passarelli
Vice-Diretora

Prof. Dra. Yânia Mara Alves de Lima
Presidente da Comissão de Pós-graduação

Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Prof. Dra. Roseli Figaro
Coordenadora

Prof. Dr. Encus Trindade Barreto Filho
Vice-Coordenador

Prof. Dra. Maria Aparecida Ferrari (titular)
Prof. Dra. Maria Cristina Palma Mungoli (titular)

Prof. Dr. Wagner Souza e Silva (titular)
Prof. Dra. Claudia Lago (suplente)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (suplente)
Prof. Dr. Luiz Alberto Bessa de Farias (suplente)

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

C743

Conexão pós [recurso eletrônico] : resistência pela ciência e colaboração na pesquisa / Roseli Figaro (organizadora) -- São Paulo: ECA-USP, 2021. 330 p.

ISBN 978-85-88640-30-2

1. Comunicação. 2. Comunicação -- Pesquisa. I. Figaro, Roseli.

DDO 23.ed. -- 302.2



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Apresentação

Apresentação
Roseli Figaro

Universidade pública: confrontos e resistência pela ciência e educação
Adilson Citelli

Publish or perish? A publicação científica em Ciências da Comunicação para além do produtivismo
Richard Romancini

Na pós-graduação é preciso ser resistente e buscar a colaboração
Gean Gonçalves

Práticas educacionais pela comunicação

A educomunicação socioambiental e sua legitimação na esfera pública
Patrícia Zimmermann

Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do acervo
Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia
Francisco de Assis Silva

As representações do Samba na prática escolar enquanto estudo de caso
Ítalo Leopardi Bosco de Azevedo

Representações docentes e a formação continuada
Gláucia Silva Bierwagien

Exegeses do jornalismo

O debate sobre gênero no jornalismo de referência: notas a partir de uma abordagem discursiva
Nara Lya Cabral Scabin

Bloqueando as fake news
Márcia Pinheiro Ohlson

Do Pasquim ao Sensacionalista: a notícia falsa ou simulada como gênero no jornalismo alternativo em contextos de crise de credibilidade da imprensa
José Ismar Petrola Jorge Filho

que se consagrará com a defesa das teses e dissertações e, sobretudo, reverterão em conhecimento para fazermos da nossa caminhada pela Educação e pela Ciência uma jornada mais sólida.

Boa leitura!

Prof^{fa} Dra. Roseli Figaro
Coordenadora do PPGCOM/ECA-USP

Universidade pública: confrontos e resistência pela ciência e educação

In memoriam de Maria Aparecida Baccega

Adilson Citelli

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa na sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro.

Milton Santos

Nota preliminar

A conferência a seguir foi apresentada em dezembro de 2019, sob circunstâncias particulares vividas no Brasil com a montagem do novo consenso de poder, materializado num governo populista cujo grande feito tem sido o de alimentar ataques às instituições democráticas. De lá a esta data, novembro de 2020, o quadro geral conseguiu o feito de piorar em vários de seus números e procedimentos, agravados, também, pelo Sars-Cov-2. A pandemia alcançou milhões de brasileiros e brasileiras, arreando consigo milhares de mortes e um sentimento geral de país desgovernado, mostrando na integralidade dos seus termos as consequências das desigualdades que nos acompanham e da necropolítica (Achille Mbembe) em exercício.

Com esta nota, existe o intento de alertar que alguns dos indicadores expostos nas próximas páginas sofreram alterações entre 2019 e 2020 – quase sempre em vetor negativo –, malgrado permanecerem, em suas linhas gerais, testemunhando uma espécie de rota do abismo, algo, infelizmente, ainda à nossa frente.

Do momento

O que se publica, sendo uma palestra mantida quase na íntegra, registra o natural tom da oralidade e referências a um conjunto de informações que remontam ao período de

sua primeira enunciação. Trata-se, portanto, de registro temporalmente marcado, mas que permite observar séries históricas, cuja comparação com os números e condutas governamentais em andamento ajudarão a situar os rumos (ou falta de) do país. O fato é que encontramos, com os ajustes devidos, perspectiva política praticamente no mesmo registro por nós apontada no ano passado. Aliás, sob certos lineamentos, a marcha para trás no âmbito da educação, por exemplo, alcançou velocidade impensada provocando em todos nós a percepção de um mundo em derretimento. Bastaria acompanhar a balbúrdia feita política de Estado no Ministério da Educação, com quatro ministros no curto período de um ano e meio (possivelmente um recorde mundial), numa sucessão espantosa de incompetência, ressentimento e desqualificação.

A fanfarronice caminhou *pari-passu* com a ideologização de fanfarraria, a negação da ciência, a ignorância, a inapetência administrativa. A confusão como método de trabalho alcançou as agências de fomento como CNPq, Capes, Finep, traduzindo-se em substituições rápidas e continuadas de dirigentes, além de propostas cuja expressão objetiva representou a fragilização daquelas instituições e suas políticas de financiamento da pesquisa e da pós-graduação – que a despeito das diferenças e oscilações dos governos advindos da redemocratização vinha se mantendo, sem apresentar, ao menos de forma tão dramática, planos de cortes de bolsas e óbices a linhas de pesquisas. A se lembrar de algumas declarações feitas na Câmara dos Deputados pelo ministro Abraham Weintraub, no dia 15 de maio de 2019: “Já batemos a meta do doutorado há tempos [...] quando você bate uma meta, você direciona as verbas para as outras que ainda estão aquém”¹; “As ciências de humanidades geram pouquíssimas publicações com impacto científico [...] Elas são feitas e engavetadas. Mas onde estão as bolsas? Elas estão justamente nas áreas que não geram produção científica”. Ou seja, uma mistura de ignorância e alinhamento ideológico no combate a áreas do conhecimento consideradas por Sua Excelência como dominadas pelo “marxismo cultural”, além da pura vocalização de políticas de Estado que enxergam na educação republicana, na ciência, na arte, na cultura, inimigas a serem combatidas.

Frente a este cruzamento de contrassensos é importante que a pós-graduação não perca do seu horizonte o exercício de três verbos: resistir, avançar, transformar.

O ritmo da música

Os nossos atuais arquitetos da destruição, ao elaborar o edifício de absurdidades que vem correndo as bases da educação pública e da pesquisa científica no país, não se dirigem aos canteiros de obras solitariamente. Estão tais agentes afinados com uma (des) ordem mundial que entregou ao mercado e às finanças, para ficarmos, no momento, com dois elementos de fundo, a régua e o compasso para gerir o vasto empreendimento do capital.

O projeto *hard* capitaneado pelos idealizadores e implantadores do projeto de poder em curso no Brasil, conquanto prometa mel e maná, está entregando a fava seca e o fruto estragado, assim como liberando os ventríloquos e animadores de picadeiro para atacarem universidades, centros de pesquisa, cultura, artes, docentes, discentes, cientistas, jornalistas, enfim, tudo o que possa recender inteligência, espírito especulativo e busca de maior autonomia do pensamento. Vale dizer, aqueles arautos do fim do mundo tratam de impedir a construção de um projeto nacional soberano, emancipatório, que se integre aos fluxos de conhecimento mundial respeitando os interesses da nossa gente.

É preciso lembrar que a partir da Constituição de 1988 houve esforços para melhor equalizar as ações do Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia, isto até que advesse o presente ciclo de erráticos e nefelibatas a convergirem no sistemático trabalho de negarem e desqualificarem a educação e a ciência. Cabe acompanhar um pouco certos dados e números em décadas mais recentes, a fim de se ter alguns parâmetros sobre o ponto no qual chegamos neste último mês de 2019.

Entre 2004 e 2013 o sistema superior público federal (e mesmo nas estaduais, exemplo no estado de São Paulo da ampliação dos *campi* da Unesp e criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e Faculdade de Engenharia Química de Lorena, ambas pela USP, respectivamente em 2005 e 2006) conheceu vigorosa expansão, agregando 18 novas universidades em 173 *campi* localizados em diferentes regiões do Brasil. O orçamento das federais passou, no período, de R\$ 12 bilhões para R\$ 40 bilhões. Nas áreas Norte e Nordeste o crescimento foi, respectivamente, 76% e 94%.

A sistema de ensino superior, em sua totalidade e diferentes configurações jurídicas, somava no ano de 2017, segundo os dados do Censo da Educação Superior fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), considerada a modalidade presencial, 2.448 instituições, das quais 2.152 eram privadas (87,9%) – com ou sem fins lucrativos – e 296 públicas distribuídas em 124 estaduais, 109 federais, 63 municipais. A rede privada registrava 75,3% dos alunos (6.058.623), ficando a pública com 24,7% (1.990.078). É preciso não perder de vista que o minoritário número de discentes nessas últimas conheceu aumento relativo de 59% no interregno entre

1 Para reflexão, O Brasil é um dos países com menores taxas de doutores, segundo o relatório “Education at a Glance” publicado em 2019 pela insuspeita Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que avaliou as 45 nações-membros ou parceiras da OCDE. Segundo o documento, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior completo. Média da OCDE: 44%. Quando falamos de níveis mais altos de instrução, como mestrado e doutorado, os números são ainda mais desanimadores: no Brasil, apenas 0,8% dos sujeitos de 25 a 64 anos concluíram o mestrado e 0,2% o doutorado. Das 35 nações que forneceram dados sobre os seus doutorados, ficamos entre os três piores. As metas cumpridas na contabilidade do ministro servem para mostrar o tamanho do nosso infortúnio educacional.

2006 e 2016. Considerásemos o ciclo Michel Temer e os primeiros anos de Jair Messias Bolsonaro, a situação da rede pública superior (e dos Institutos de pesquisa) seria ainda mais dramática, pois não apenas ocorreu diminuição ou subtração de investimentos, como também foi montada, contra ela, a partir de 2018, inédita campanha de descrédito e desqualificação.

A despeito de o negócio envolvendo a educação haver prosperado em décadas recentes e tendo por substrato publicístico conhecidos argumentos que passaram a fazer parte do estoque retórico neoliberal, a exemplo do esgotamento na capacidade econômica da União e dos Estados para manterem uma série de serviços, ou da superioridade da concorrência no sentido de baixar custos e incluir maior contingente de alunos no terceiro grau – deixemos o absurdo desta perspectiva para ser ponderada noutra momento –, esteve o setor privado sempre próximo das benesses estatais.

Ao menos desde 1945, as universidades e faculdades particulares recebem incentivos fiscais, processo acelerado nos anos 1970 sob a ditadura e que passou a acumular entre aquela década e a de 1980 quase 50% das matrículas, alcançando em nossos dias os aproximados 75% do alunado de nível superior. Essa, digamos, colaboração dada pelo Estado (aquele mesmo aos quais os defensores da “livre iniciativa” lançam frases de reprimenda e olhares de ironia) ao negócio privado pode ser encontrada em variados exemplos: Programa de Crédito Educativo (Creduc) – nascido em 1975 e voltado a conceder empréstimos para os discentes pagarem mensalidades e custeio ao longo da graduação –, passando por crédito a juros baixos, segundo feito em 1995 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), por meio do Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, chegando a outros expedientes que incluem o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) – elaborado em 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliado na gestão Lula –, sem contar as isenções fiscais que alcançam escolas comunitárias e fundacionais. O Programa Universidade para Todos (Prouni), posto em funcionamento em 2004, no governo Lula, também objetiva a fornecer bolsas integrais ou parciais (a partir da nota obtida pelos estudantes no Enem) em universidades e faculdades particulares e ajudou a alavancar significativamente a rede privada de ensino superior. Enfim, trata-se de um mercado que opera na ordem de R\$ 50 bilhões/ano, com empresas de ensino mantendo capital aberto em bolsas de valores, associadas aos fundos de investimento nacionais e estrangeiros, desfilando nomes como Kroton/Cogna; Laureate; Ser Educacional; YDUQS/Estácio. É um segmento econômico agressivo, em permanente movimento de fusões e aquisições, com marcas surgindo ou desaparecendo em curto período de tempo.

Vale dizer, e sem o propósito de entrar no mérito de cada um daqueles programas de financiamento de estudantes, cursos de pós-graduação e empresas educativas,

tampouco no que possam ter representado para o acesso de milhares de alunos e alunas em cursos de terceiro grau e na realização dos seus mestrados e doutorados, o Estado, sempre associado à figura do Leviatã à beira da falência e sem força para assumir de modo substantivo o segmento educativo superior público e os institutos de pesquisa, acaba entrando em uma dança de alta performance, conquanto recebendo o tratamento de um dançarino de passos trôpegos.

Questão de mercado

Para situar um pouco mais a abertura do mercado educacional de terceiro grau é interessante observar que, em 2017, dos 8,3 milhões de alunos matriculados, 27% cursavam a modalidade a distância (em 2007, o número era de 7%) – e se encontrava, praticamente, sob controle das instituições com fins lucrativos. Para se estabelecer um parâmetro, a pesquisa IBGE-2017 indicava que 23,8% do alunado entre 18 e 24 anos frequentava a faculdade. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024 é atingir 50% dos brasileiros e brasileiras neste nível de ensino. Desnecessário considerar o tamanho do fracasso que se avizinha; e isto a despeito de inúmeras ações afirmativas e de inclusão, a exemplo da Lei Federal nº 12.711, de 2012, que garante reserva mínima de 50% das vagas nas universidades e faculdades para estudantes com percurso cumprido integralmente no ensino médio das escolas públicas.

Em contrapartida e a revelar os descaminhos do governo Jair Messias Bolsonaro, o ministro da Educação Abraham Weintraub (que encaminhou o célebre projeto natimorto “Future-se”, do qual, entre outras pérolas, consta a mudança na legislação das universidades públicas, de sorte a permitir claro processo de privatização), às vésperas de sua demissão e como o último “ato de fé”, revogou portaria (criada durante a gestão Dilma Rousseff) que garantia reserva de vagas a negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação nas instituições federais. Haja vista o caráter persecutório e carregado de ressentimento do inaudito decreto assinado pelo despropositado ministro, e sob pressão da sociedade civil e do Supremo Tribunal Federal, o MEC revogou o estúrdio. Entretanto, o simples fato de tal retrocesso haver sido colocado em movimento dá a dimensão dos desatinos que nos cercam.

Dinheiro, pra que dinheiro?

Nos últimos anos vêm diminuindo os aportes para as despesas discricionárias (que incluem gastos básicos de manutenção predial, água, luz, limpeza, bem como bolsas de auxílio e assistência estudantil) das universidades e institutos federais, sendo que a partir de

2014 aumentou a velocidade dos cortes. Naquele ano, as universidades receberam R\$ 7,1 bilhões e os institutos federais R\$ 4,2 bilhões, atualizados os números para 2018. Em 2016, os valores caíram, respectivamente, para R\$ 6,8 bilhões e R\$ 3,4 bilhões. No ano de 2018 ocorreu nova redução, chegando a R\$ 5,8 bilhões para universidades e R\$ 3,1 bilhões para os institutos federais.

A tesoura funcionou à larga neste 2019, resultando em operação negativa que alcançou a ordem de 30% na UnB, UFF e UFBA; algo em torno de R\$ 230 milhões. A explicação para o aperto orçamentário encontrou o terreno do ridículo e já que não se avoca mais, sequer, a matemática financeira, a alegada quebra do Estado, a redução na atividade econômica e variáveis do gênero. O alvo do ataque é a chamada guerra cultural ou ideológica, um vasto guarda-chuva sob o qual ficam abrigados a negação do pensamento científico, o patulhamento das ideias, o obscurantismo: enfim, um pacote que embrulha o radicalismo de direita formatado segundo os ditames da presente gestão federal. Conforme os tagarelas do caos a combaterem os moinhos de ventos do "marxismo cultural", nas universidades públicas reina a balbúrdia, o esquerdismo, o eventual plantio de maconha, o baixo desempenho acadêmico. Armado de tal roteiro, que lembra as birutas de aeroporto, a ceifa do financiamento das instituições de ensino superior público prosseguiu sem constrangimentos, segundo os exemplos a seguir: a Universidade Federal do Paraná (UFPR) perdeu R\$ 48 milhões e a de Santa Catarina (UFSC), R\$ 46 milhões.

O talho para 2020 vem sendo anunciado e propõe seja retirado mais 7,4% do orçamento das Federais – na comparação com valores nominais, sem atualização da inflação. Exemplos: redução na Universidade de Brasília (UnB): 24%; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): 23,5%; na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): 20%; na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): 24%. A maior restrição está dirigida à Universidade Federal do Agreste de Pernambuco: 63% – trata-se de unidade ainda em fase de implantação. Dez federais tiveram suas previsões inalteradas ou com pequenas altas: a maior delas é da Universidade Federal da Bahia (UFBA): 2%.

Aqui, podemos aplicar a máxima segundo a qual mesmo o ruim sempre pode piorar. Cabe conferir qual será o tamanho e o resultado do disparate para o futuro do país.

A moda pegou

Para não perder a onda moralizante e voltada à desvalorização do nosso ensino superior, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (certamente a sua fração governista e conservadora) conseguiu colocar em marcha um assunto só compreensível no interior da luta ideológica que se traveste de racionalização e eficiência na gestão estatal. Em abril

de 2019, foi aberta a CPI das Universidades Públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp), tendo entre os seus propósitos investigar o “aparelhamento esquerdista” e “irregularidades na gestão das universidades públicas”, mas subtemas como os da “cobrança de mensalidades” e “novas formas de escolha de reitores”, também poderiam compor a pauta a ser discutida. Vale dizer que o caráter difuso e sem objeto bem determinado – móvel legal de qualquer CPI – apenas busca ecoar os ventos que sopram no país: privatização da rede de ensino pública, acusações contra professores que estariam a serviço da difusão de ideologias exóticas, questionamento da liberdade de cátedra, disciplinarização do movimento estudantil, enquadramento dos sindicatos, espanto com a autonomia universitária: desnecessário alongar a lista cujo sentido último é o de vigiar, punir, regredir, controlar.

O relatório final da referida CPI, saído em 2020, como era do conhecimento até do reino mineral, anunciou nada ter encontrado de grave nas contas daquelas três instituições. O tema da agitação esquerdizante se perdeu no meio do caminho e o que restou do espetáculo midiático foram sugestões e platitudes para a melhoria da gestão; aberta a “caixa preta” e o seu escondidinho de malversações e deturpações políticas e morais encontrou-se a luz do sol. Entretanto, o plano desabonador – um dos propósitos a serem alcançados pelos moralizadores que solicitaram a abertura da CPI – mereceu páginas de jornal e notícias na televisão, criando heróis de cinco minutos; e não se falou mais no assunto.

Aduza-se, e isto desaparece no interior da “guerra cultural” – conforme a novilíngua dos propagandistas governamentais –, que as nossas universidades e instituições públicas de pesquisa são responsáveis por 95% da produção científica brasileira. Para exame mais detido, ver o relatório *Research in Brazil: Funding Excellence*, realizado para a Capes pela empresa americana de análise de dados Clarivate Analytics, e divulgado em 2017 – correspondente ao período 2011–2016.² Dessas universidades, 15 públicas produzem sozinhas 60% das nossas pesquisas científicas. A USP aparece no topo desta lista, sendo responsável por quase metade daquele total; a Unesp e a Unicamp, ficam, respectivamente, em segundo e terceiro lugares. A produção brasileira cresceu 30% naqueles seis anos e alcançou o 13º lugar no plano mundial.

A Web of Science consignava, em 2019, que das 50 instituições que mais publicaram pesquisas científicas no Brasil, 44 são universidades públicas (36 federais, 7 estaduais e 1 particular), 5 institutos de pesquisa e 1 instituto federal de ensino técnico.

2. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-INCitiesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 2019

Ironicamente, como contrapartida aos dados positivos, apenas no quadriênio 2014 e 2018, os investimentos em educação caíram 56% (de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões) e, segundo a Lei Orçamentária de 2019, pode chegar a R\$ 4,2 bilhões. O ensino superior, sozinho, registrou recuo de investimentos da ordem de 15%, conforme os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Além da já referida situação das Universidades Federais, o orçamento projetado para 2020 impacta diretamente em órgãos de fomento à pesquisa. Seguem exemplos:

1. Capes: sobre a já deprimida dotação de R\$ 4,25 bilhões opera-se um redutor de 50%, restando R\$ 2,20 bilhões. A agência havia sofrido em 2019 o congelamento (a manei- ra mais suave é se utilizar o termo contingenciamento) de R\$ 819 milhões. Nos dias precedentes a esta palestra, o órgão anunciou o corte de 5.613 bolsas de mestrado e doutorado; somados aos comunicados anteriores, o número alcançou 11.811 bolsas.
2. CNPq: ficam mais ou menos mantidos os patamares autorizados para 2019, da or- dem de R\$ 1,2 bilhão – isto considerando recuos que vinham acontecendo em anos anteriores. A agência anunciou estar sem caixa para pagar 84 mil bolsistas. O déficit em 2019 andava pela ordem de R\$ 330 milhões. Para o ano de 2020 está prometido algum “descontingenciamento”.
3. Inep: o instituto nacional voltado aos estudos e pesquisas educacionais é responsável, entre outras atividades, por avaliações do sistema federal como o Enem. O recuo de aporte financeiro foi de 30%, passando de R\$ 1,5 bilhão, em 2019, para R\$ 1,1 bilhão, em 2020.

E isto em um cenário, conforme apontado anteriormente, no qual também a pós-graduação vinha crescendo: mestrados e doutorados aumentaram significativamente ao longo de 17 anos: em 2000 eram 1.439 programas, passando em 2017 para 3.398 progra- mas de mestrado, 2.202 com doutorado e 703 de mestrado profissional. Em 1996, existiam 67.820 alunos de pós-graduação no país – 22.198 de doutorado; 45.622 de mestrado. Em 2003: 112.237 – 40.213 de doutorado; 66.959 de mestrado acadêmico; 5.065 de mestrado profissional. Em 2019: 122.295 – 41.964 de doutorado; 76.323 de mestrado acadêmico, 4.008 de mestrado profissional. A partir mais ou menos de 2010, os cursos cresceram em média 9% ao ano, sendo a maior concentração em Humanas e Engenharias, Computação e Saúde. A USP, em 2018 registrava 267 programas de pós, tendo formado 4 mil mestres e 3 mil doutores; em finais de 2019, a nossa instituição possuía, aproximadamente, 30 mil alunos nos diferentes cursos de pós-graduação.

E a área de Comunicação passou de 10 programas em 1996 para 57 (incluindo os profissionais) em 2017 – ano de edição do último relatório Sucupira.

Em síntese, enquanto a modalidade da pós-graduação expandiu consistentemente nos últimos anos, o mecanismo de financiamento a ela correspondente decresceu. Haja vista o projeto anticientífico e de total descaso para com a pesquisa levado a termo pelo governo federal, não é preciso grande esforço no sentido de antever o difícil quadro que iremos enfrentar.

Sobre o espanto e a perplexidade

Como se verifica, são inúmeros os desafios a serem encarados pelas instituições públi- cas de ensino superior, particularmente quando estamos tratando dos programas de pós-graduação, da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico, do campo das artes. Frente à cruzada regressiva em andamento – e calcada ideologicamente no auto- ritarismo obscurantista, encarnada numa espécie de animal ornitorrinco, bicho esquisito, mas excelente metáfora para o estapafúrdio cruzamento do neoliberalismo (liberal) com o mediévico conservadorismo –, será necessário resistir ao ataque dos novos templários. E, ao mesmo tempo, avançar na recuperação e expansão das instituições republicanas, como as universidades laicas, gratuitas, de qualidade, comprometidas com um projeto nacional emancipador e de combate ao Estado desigualitário (Thomas Piketty) que marca o nosso modelo de desenvolvimento econômico. O pacote que ora nos tentam enfiar pela garganta, misturando populismo, autoritarismo, ameaças à democracia, aplausos à ditadura e pedidos de novo AI-5, censura, regulação dos afetos, *commodities* religiosas, discriminação racial e blague com a cultura necessita ser combatido em várias frentes, sendo uma delas por meio da ação política e de pesquisa qualificada promovida pelos programas de pós-graduação.

Prof. Dr. Adilson Citelli
FC/UFRJ

Dezembro 2019
Dezembro 2020